



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Concurso Público para provimento de cargos de
Procurador do Município - 2ª classe

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, entregue este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Considerando o conceito de Constituição e sua classificação, é correto afirmar que
- (A) o conceito formal de Constituição aplica-se apenas àquelas Constituições que acolhem normas com hierarquia de lei ordinária.
 - (B) a Constituição inglesa é um exemplo de constituição inteiramente costumeira, vale dizer, resultante apenas do costume popular.
 - (C) as Constituições flexíveis são sempre costumeiras.
 - (D) a história brasileira não tem exemplos de Constituições outorgadas. Todas foram promulgadas, ainda que num contexto político não-democrático.
 - (E) a Constituição-dirigente tem como uma de suas características a existência de numerosas normas programáticas.

2. Proposta de emenda constitucional
- (A) rejeitada ou havida por prejudicada pode ser reapresentada na mesma sessão legislativa, observados os requisitos constitucionais para tanto.
 - (B) que viole os limites ao poder de emenda pode ser objeto de controle jurisdicional de constitucionalidade.
 - (C) aprovada em uma das casas do Congresso Nacional não pode ser emendada significativamente pela segunda casa.
 - (D) que viole os limites ao poder de emenda não pode ser objeto de controle político de constitucionalidade.
 - (E) aprovada pelas casas do Congresso Nacional deve ser promulgada pelo Presidente da República com o respectivo número de ordem.

3. Pode ser objeto de medida provisória a matéria concernente a
- (A) direitos individuais.
 - (B) nacionalidade.
 - (C) cidadania.
 - (D) direitos políticos.
 - (E) partidos políticos.

4. Segundo a legislação de regência da arguição de descumprimento de preceito fundamental,
- (A) não se admite nesta ação a concessão de medida liminar.
 - (B) a ação não é cabível de modo preventivo, buscando evitar lesão a preceito fundamental.
 - (C) a ação é cabível contra atos do poder público e de particulares.
 - (D) a oitiva ou não do Advogado-Geral da União fica a critério do ministro relator da ação.
 - (E) não se permite a propositura de reclamação contra o descumprimento da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal ao julgá-la.

5. Considere as seguintes afirmações sobre controle de constitucionalidade:
- I. O sistema jurídico brasileiro não admite o controle político de constitucionalidade.
 - II. Lei municipal pode ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade em face da Constituição Federal, exercido pelo Supremo Tribunal Federal.
 - III. A perda superveniente de representação parlamentar não impede o partido político de continuar no pólo ativo da ação direta de inconstitucionalidade por ele antes ajuizada.
 - IV. As federações sindicais e os sindicatos nacionais têm legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade.
 - V. As decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal no controle abstrato de constitucionalidade produzem apenas efeitos *ex tunc*.

SOMENTE é correto o que se afirma em

- (A) I e IV.
- (B) II e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e V.
- (E) III e IV.

6. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito do mandado de segurança, é correto afirmar que
- (A) a entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança, ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.
 - (B) a impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.
 - (C) controvérsia relevante sobre matéria de direito impede a concessão de mandado de segurança.
 - (D) compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer originariamente de mandado de segurança contra atos de outros tribunais.
 - (E) é inconstitucional lei que fixa o prazo de decadência para a impetração de mandado de segurança.

7. De acordo com o sistema constitucional de repartição de competências entre os entes federados,
- (A) a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento é matéria de índole político-administrativa, competindo à União, aos Estados e aos Municípios.
 - (B) não é competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial, estando a matéria inserida na competência residual dos Estados.
 - (C) cabe à lei complementar fixar normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
 - (D) a competência para suplementar a legislação federal foi conferida somente aos Estados-membros, aplicando-se no âmbito das competências legislativas concorrentes.
 - (E) cabe aos Estados criar, organizar e suprimir distritos, ouvidos os órgãos municipais competentes.

<p>8. A intervenção em Município</p> <p>(A) pode ser requerida pela União Federal caso sejam violados, por quaisquer Municípios, os princípios constitucionais sensíveis.</p> <p>(B) fundada em inconstitucionalidade de lei municipal depende de provimento de ação direta interventiva, proposta pelo Procurador-Geral de Justiça ou pelo Procurador-Geral do Estado interessado.</p> <p>(C) não pode ser efetivada até que sobrevenha a aprovação do decreto interventivo pelo Poder Legislativo competente, qualquer que seja a hipótese que a tenha motivado.</p> <p>(D) quando implicar o afastamento de autoridades municipais, impede que estas retornem a seus cargos mesmo após cessada a medida interventiva.</p> <p>(E) quando deferida em acórdão proferido por Tribunal de Justiça, não pode ser questionada junto ao Supremo Tribunal Federal por meio de recurso extraordinário.</p>	<p>11. Compete privativamente ao Presidente da República</p> <p>(A) criar e extinguir ministérios e órgãos da administração pública mediante decreto.</p> <p>(B) organizar e dispor sobre o funcionamento da administração federal mediante decreto, ainda quando isso implicar aumento de despesa.</p> <p>(C) decretar o estado de defesa e o estado de sítio, independentemente de aprovação ou autorização do Congresso Nacional.</p> <p>(D) decidir definitivamente sobre todos os tratados internacionais celebrados por seus representantes diplomáticos.</p> <p>(E) dispor, mediante decreto, sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.</p>
<p>9. A perda do mandato de Deputado Federal e de Senador será</p> <p>(A) decidida pelo Congresso Nacional, e não apenas declarada por sua Mesa, quando o parlamentar infringir qualquer das proibições constitucionais ao exercício do mandato.</p> <p>(B) decidida pelo Congresso Nacional, e não apenas declarada por sua Mesa, quando houver prática de procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar.</p> <p>(C) decidida pela Casa respectiva, e não apenas declarada pela Mesa do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, na hipótese de perda ou suspensão dos direitos políticos.</p> <p>(D) decidida pela Casa respectiva, e não apenas declarada pela Mesa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, quando houver condenação criminal transitada em julgado.</p> <p>(E) declarada pela Justiça Eleitoral, e não pela Mesa da respectiva Casa, no caso de excesso de faltas do parlamentar às sessões ordinárias.</p>	<p>12. De acordo com a Constituição Federal compete ao</p> <p>(A) Tribunal de Justiça julgar o Prefeito pela prática de crimes comuns, ainda que possam se enquadrar na competência da Justiça Federal.</p> <p>(B) Tribunal de Justiça julgar o Prefeito nas ações civis, independentemente de previsão específica no ordenamento estadual.</p> <p>(C) Supremo Tribunal Federal julgar a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de <i>exequatur</i> às cartas rogatórias.</p> <p>(D) Supremo Tribunal Federal julgar a representação para fins de intervenção federal no caso de recusa à execução de lei federal.</p> <p>(E) Tribunal de Justiça julgar os vereadores por crimes comuns, respeitadas as disposições constitucionais sobre as imunidades parlamentares de cunho processual.</p>
<p>10. O veto do Presidente da República a projeto de lei</p> <p>(A) não pode ser parcial.</p> <p>(B) não pode ser tácito.</p> <p>(C) deve ser apreciado, em sessão conjunta, pelos Deputados e Senadores, em votação aberta.</p> <p>(D) se não mantido pelo Congresso Nacional, leva a que o projeto de lei seja promulgado pelo Presidente do Senado Federal.</p> <p>(E) não pode ser político, admitindo-se apenas o veto jurídico.</p>	<p>13. Compete ao Conselho Nacional de Justiça</p> <p>I. o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário.</p> <p>II. o controle do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.</p> <p>III. desconstituir os atos administrativos ilegais praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário.</p> <p>IV. rever os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano.</p> <p>V. elaborar relatório anual sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, propondo as providências que entender necessárias.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, II, III, IV e V.</p> <p>(B) I, II, IV e V, apenas.</p> <p>(C) I, IV, e V, apenas.</p> <p>(D) I, II e V, apenas.</p> <p>(E) II, III, e IV, apenas.</p>

<p>14. Determina a Constituição Federal que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo</p> <p>(A) vedado aos Municípios prestar o ensino médio e o superior.</p> <p>(B) vedado aos Estados prestar o ensino fundamental e a educação infantil.</p> <p>(C) permitida a aplicação de recursos públicos em escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que atendam os requisitos constitucionais.</p> <p>(D) vedado à União prestar assistência técnica e financeira aos Estados e Municípios na área de suas respectivas competências.</p> <p>(E) direito público subjetivo o acesso ao ensino médio obrigatório e gratuito.</p>	<p>18. Os contratos de gestão celebrados entre a Administração e as denominadas Organizações Sociais</p> <p>(A) não caracterizam convênio administrativo, não se sujeitando, pois, à fiscalização e controle por parte do Tribunal de Contas.</p> <p>(B) são passíveis de fiscalização e controle pelo Tribunal de Contas no que diz respeito aos recursos públicos geridos pela entidade privada, ainda que esta não possua finalidade lucrativa.</p> <p>(C) podem ser celebrados com dispensa de licitação, em função de autorização legal específica, não estando sujeitos, nessa hipótese, ao controle e fiscalização pelo Tribunal de Contas.</p> <p>(D) sujeitam-se ao controle e fiscalização por parte do Tribunal de Contas, exceto quando tenham por objeto a gestão de serviço público não exclusivo.</p> <p>(E) são equiparados a convênio administrativo, quando celebrados com entidades sem finalidade lucrativa, sujeitando-se, apenas em tal hipótese, ao controle e fiscalização por parte do Tribunal de Contas.</p>
<p>15. Considerando a diferença entre direitos e garantias fundamentais, NÃO se enquadra entre as últimas a</p> <p>(A) vedação à censura.</p> <p>(B) liberdade de locomoção.</p> <p>(C) vedação ao confisco.</p> <p>(D) proibição da tortura.</p> <p>(E) proibição das prisões, salvo em flagrante delito ou por ordem da autoridade competente.</p>	<p>19. A aplicação do princípio da legalidade, expresso no artigo 37, <i>caput</i>, da Constituição Federal, traz como consequência</p> <p>(A) a obrigatoriedade de edição de lei para disciplinar a organização e funcionamento da Administração Direta.</p> <p>(B) a obrigatoriedade de lei para criação de cargos, mas não para a sua extinção, que, quando vagos, pode ser feita por decreto.</p> <p>(C) a não obrigatoriedade de lei para a criação de órgão público, quando implicar ou não aumento de despesa.</p> <p>(D) a obrigatoriedade de lei para fixação e aumento de remuneração dos servidores públicos, inclusive aqueles submetidos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.</p> <p>(E) a exigência de que todos os atos praticados pelo Poder Executivo contém prévia autorização legislativa específica.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITO ADMINISTRATIVO</p> <p>16. O ato administrativo vinculado, quando praticado por agente a quem a lei não atribui competência para tanto,</p> <p>(A) é tido como inexistente, independentemente de apreciação judicial ou decisão administrativa.</p> <p>(B) pode ser revogado pela própria Administração, com base em critérios de conveniência e oportunidade.</p> <p>(C) goza da presunção de legitimidade, até decisão administrativa ou judicial em contrário.</p> <p>(D) somente pode ser anulado por decisão judicial.</p> <p>(E) não é passível de convalidação.</p>	<p>20. A respeito da alienação de bens imóveis de propriedade da Administração Pública, é correto afirmar que</p> <p>(A) depende de prévia autorização legislativa, avaliação e adoção de procedimento licitatório na modalidade concorrência, independentemente da forma de aquisição pela Administração.</p> <p>(B) depende de prévia autorização legislativa, avaliação e procedimento licitatório, dispensados tais requisitos nas hipóteses de doação em pagamento, venda ou doação a outro órgão ou entidade de qualquer esfera de governo.</p> <p>(C) poderão ser alienados com dispensa de licitação, quando derivados de procedimentos judiciais ou de doação em pagamento.</p> <p>(D) a alienação de bens adquiridos mediante doação em pagamento poderá ser feita mediante leilão, precedido de avaliação e comprovada a necessidade ou utilidade da alienação.</p> <p>(E) os bens tombados somente podem ser alienados com autorização legislativa específica e anuência dos órgãos de preservação do patrimônio histórico.</p>
<p>17. Uma sociedade de economia mista, que explore atividade econômica,</p> <p>(A) somente pode ser criada com autorização legislativa, dependendo de lei também a instituição de suas subsidiárias.</p> <p>(B) submete-se ao mesmo regime jurídico das empresas privadas, exceto quanto às obrigações tributárias e falência.</p> <p>(C) submete-se ao regime jurídico público, no que diz respeito a matéria de pessoal.</p> <p>(D) pode ser criada, independentemente de lei, desde que presente alguma das situações autorizadas para atuação do Estado no domínio econômico, previstas no artigo 173 da Constituição Federal.</p> <p>(E) não se submete ao regime de licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações.</p>	

<p>21. O Município do Salvador firmou contrato de empréstimo externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, organismo financeiro multilateral do qual o Brasil é parte, para financiamento de projeto de saneamento básico. O referido projeto será custeado com recursos do BID e também com recursos orçamentários do Município. A respeito das contratações de obras e serviços necessárias à implementação do projeto, é correto afirmar:</p> <p>(A) Somente quando integralmente custeadas com recursos provenientes do financiamento externo, independem de prévio procedimento licitatório.</p> <p>(B) Quando custeadas, total ou parcialmente, com recursos provenientes do financiamento externo, independem de prévio procedimento licitatório.</p> <p>(C) Quando custeadas com recursos provenientes do financiamento externo, dependem de prévio procedimento licitatório, no qual poderão ser adotados normas e critérios do organismo multilateral, exceto quanto aos critérios de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.</p> <p>(D) Mesmo as contratações custeadas com recursos orçamentários, desde que a título de contrapartida nacional do financiamento externo, poderão ser precedidas de procedimento licitatório no qual sejam adotadas as normas e critérios do organismo multilateral.</p> <p>(E) Quando custeadas com recursos provenientes do financiamento externo, dependem de prévio procedimento licitatório, no qual poderão ser adotados critérios de seleção fixados pelo organismo internacional, desde que configurem condição para a concessão do financiamento e não conflitem com o princípio do julgamento objetivo.</p>	<p>23. Os contratos firmados pela Administração</p> <p>(A) são sempre considerados contratos administrativos, independentemente de seu objeto, bastando, para tanto, a presença da Administração como contratante.</p> <p>(B) submetem-se às regras próprias do Direito Civil, no que diz respeito à sua formação, execução, alteração e rescisão, e às normas de direito público apenas no tocante ao prévio procedimento licitatório.</p> <p>(C) configuram contrato administrativo quando correspondam às modalidades previstas na Lei nº 8.666/93: obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações, e, somente nesses casos, lhes são aplicáveis as normas de formação, alteração, execução e rescisão previstas no referido diploma legal.</p> <p>(D) podem caracterizar-se ou não como contrato administrativo, porém, ainda quando regidos predominantemente pelo Direito Civil, submetem-se aos preceitos constitucionais e legais aplicáveis à Administração Pública.</p> <p>(E) somente podem ser celebrados nas modalidades elencadas na Lei nº 8.666/93, não sendo admissível que a Administração firme contratos regidos pelo Direito Civil, eis que incompatíveis com o regime de prerrogativas a sujeições ao qual esta se encontra adstrita.</p>
<p>22. Os limites para o comprometimento das receitas do ente público com despesas de pessoal, de acordo com as disposições constitucionais e legais aplicáveis</p> <p>(A) não poderá, em relação ao Estado, superar 60% da receita corrente líquida, excluídas as despesas com inativos e pensionistas.</p> <p>(B) ficam vedadas, quando a despesa total com pessoal atingir 95% do percentual de comprometimento fixado para o ente federado, concessão de vantagem, aumento ou reajuste, inclusive a revisão anual dos servidores públicos.</p> <p>(C) devem ser incluídas, no limite fixado para cada ente da federação, as despesas da respectiva Administração direta, fundos, autarquias e empresas estatais dependentes.</p> <p>(D) ficam vedadas, quando a despesa total com pessoal atingir 95% do percentual de comprometimento fixado para o ente federado, a alteração da estrutura de carreira, a abertura de concurso público e o provimento de cargo público.</p> <p>(E) não poderá, em relação ao Estado, superar 60% da receita corrente líquida, incluídas as despesas com inativos e pensionistas, mas excluídos os encargos sociais e contribuições recolhidos às entidades de previdência.</p>	<p>24. A Prefeitura do Município do Salvador instaurou procedimento licitatório objetivando a construção de 1000 (um mil) unidades habitacionais. Ao final do certame, contratou a empresa que apresentou a melhor proposta, porém, no curso do contrato verificou a necessidade de contingenciamento de parte dos recursos orçamentários alocados para a execução da obra. Diante de tal circunstância, o Município</p> <p>(A) estará obrigado a cumprir o contrato para a execução de todas as unidades habitacionais, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.</p> <p>(B) poderá rescindir o contrato, unilateralmente, mas não alterá-lo para reduzir quantitativamente seu objeto, sob pena de burla ao procedimento licitatório.</p> <p>(C) poderá, desde que assim consentido pela contratada, alterar o contrato para suprimir até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor original.</p> <p>(D) poderá, independentemente da concordância da contratada, com base no poder que tem a Administração de alterar unilateralmente os contratos administrativos, efetuar as supressões necessárias, sem limitações percentuais, desde que comprove a correspondente ausência superveniente de recursos orçamentários.</p> <p>(E) poderá, unilateralmente, suprimir até 25% (vinte e cinco por cento) do valor original do contrato, somente podendo exceder esse montante com a anuência da contratada.</p>

<p>25. De acordo com a doutrina, agente público é toda a pessoa física que presta serviços ao Estado e às pessoas jurídicas da Administração Indireta,</p> <p>(A) inclusive os particulares que atuam em colaboração com o poder público, mediante delegação, requisição, nomeação ou designação.</p> <p>(B) não se incluindo na categoria os agentes políticos, detentores de mandato eletivo.</p> <p>(C) não se incluindo na categoria os militares.</p> <p>(D) somente incluindo-se na categoria aqueles que possuem vínculo estatutário ou celetista com a Administração.</p> <p>(E) incluindo-se os servidores públicos, estatutários e celetistas, bem como os agentes políticos, estes desde que investidos mediante nomeação e não detentores de mandato eletivo.</p>	<p>28. O uso privativo de bem público</p> <p>(A) não é admitido pelo ordenamento jurídico pátrio.</p> <p>(B) somente é admitido no interesse da Administração, não sendo lícita a exploração por particular.</p> <p>(C) pode dar-se mediante concessão ou permissão de uso, comodato ou arrendamento, independentemente da natureza do bem.</p> <p>(D) pode ser outorgado a pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas e, quando relativo a bens de uso comum do povo ou de uso especial, dá-se mediante autorização, permissão ou concessão de uso.</p> <p>(E) pode ser outorgado a título gratuito ou oneroso, com ou sem prazo determinado, sempre mediante prévio procedimento licitatório.</p>
<p>26. A respeito da extinção do contrato de concessão de serviço público, é correto afirmar que</p> <p>(A) somente quando decorrente de encampação ou declaração de caducidade, importa a reversão, ao poder concedente, dos bens vinculados à concessão.</p> <p>(B) somente quando decorrente de encampação, pressupõe lei autorizativa específica e indenização prévia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados.</p> <p>(C) quando decorrente de declaração de caducidade afasta o direito do concessionário de indenização pelos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados.</p> <p>(D) poderá ocorrer também por prerrogativa do concessionário, exercida na esfera administrativa, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente.</p> <p>(E) quando fundada em encampação ou declaração de caducidade, depende de lei autorizativa específica, exigindo-se, no caso de encampação também o pagamento de indenização prévia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados.</p>	<p>29. A decisão do Tribunal de Contas que julga as contas dos administradores e demais responsáveis pelos dinheiros, bens e valores da administração direta e indireta,</p> <p>(A) possui eficácia de título executivo, exceto em relação à parcela correspondente a eventual imposição de multa.</p> <p>(B) não possui natureza jurisdicional, somente podendo ser executada após processo judicial em que se assegure ampla defesa aos administradores ou responsáveis.</p> <p>(C) constitui atividade jurisdicional atípica, exercida por órgão auxiliar do Poder Legislativo, não sendo passível de revisão pelo Poder Judiciário.</p> <p>(D) na hipótese de julgar as contas irregulares, somente produz efeito após confirmada em processo administrativo disciplinar instaurado no âmbito do órgão próprio da Administração, em que seja assegurada ampla defesa ao administrador ou responsável.</p> <p>(E) vincula a autoridade administrativa ao seu cumprimento, somente sendo passível de revisão ou rescisão, na esfera administrativa, pelo próprio Tribunal de Contas.</p>
<p>27. As pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros,</p> <p>(A) mesmo quando não comprovado o dolo ou culpa do agente.</p> <p>(B) assegurado o direito de regresso contra o agente, independentemente de culpa ou dolo.</p> <p>(C) apenas quando o agente tenha agido com culpa ou dolo.</p> <p>(D) salvo nos casos de comprovada responsabilidade subjetiva do agente, situação em que apenas este responde pelos danos causados.</p> <p>(E) ainda que seja comprovada a culpa exclusiva da vítima.</p>	<p>30. Os atos praticados por dirigentes de entidades autárquicas integrantes da Administração Pública Estadual</p> <p>(A) podem ser impugnados por meio de recurso dirigido ao Chefe do Executivo, independentemente de previsão legal, com base no princípio da hierarquia.</p> <p>(B) podem ser revistos, de ofício, pelo Secretário de Estado a que se encontra vinculada a entidade autárquica, em decorrência do princípio da tutela.</p> <p>(C) comportam revisão por autoridades da Administração centralizada nas hipóteses expressamente previstas em lei ou quando verificado desvio da finalidade institucional da entidade.</p> <p>(D) não comportam qualquer espécie de controle administrativo, sendo passíveis de impugnação apenas pela via judicial.</p> <p>(E) uma vez aperfeiçoados, não mais podem ser revistos pela autoridade prolatora.</p>

DIREITO FINANCEIRO

31. Sobre “dívida consolidada ou fundada”, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00) dispõe:

I. Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação de limites.

II. A dívida consolidada ou fundada é o montante, apurado em duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de lei, decretos e regulamentos e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

III. Também integram a dívida consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

Analisando-se as afirmações acima, SOMENTE

- (A) I e II estão corretas.
- (B) I e III estão corretas.
- (C) II e III estão corretas.
- (D) II está correta.
- (E) III está correta.

32. A respeito da despesa pública, a Lei nº 4.320/64 dispõe:

- (A) A ordem de pagamento é a verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- (B) Para cada grupo de dez empenhos será extraído um documento denominado “avisos de empenho”, que indicará os nomes dos credores, a representação e a importância da despesa.
- (C) A critério do administrador público, o pagamento da despesa poderá ser efetuado antes de sua liquidação.
- (D) Far-se-á adiantamento a servidor em alcance e a responsável por dois adiantamentos.
- (E) O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.

33. Sobre os Restos a Pagar, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que é vedado ao titular de Poder contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro do seguinte prazo:

- (A) nos últimos dois quadrimestres do seu mandato.
- (B) no último ano do seu mandato.
- (C) nos últimos noventa dias do seu mandato.
- (D) nos últimos dois trimestres do seu mandato.
- (E) no último mês do seu mandato.

34. A competência para efetuar o registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, com acesso público às informações, é atribuída ao

- (A) Senado Federal, pela Lei nº 4.320/64.
- (B) Ministério da Fazenda, pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (C) Banco Central do Brasil, pela Constituição Federal.
- (D) Tribunal de Contas, pela Lei nº 4.320/64.
- (E) Ministério Público, pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

35. Quando se refere ao sistema de controle interno, a Constituição Federal dispõe que é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades, perante o

- (A) Senado Federal, qualquer contribuinte, partido político, associação ou organização não governamental.
- (B) Congresso Nacional, qualquer cidadão, sindicato, organização não governamental ou associação.
- (C) Tribunal de Contas, qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato.
- (D) Supremo Tribunal Federal, qualquer contribuinte, partido político, sindicato ou organização não governamental.
- (E) Poder Executivo, qualquer sindicato, partido político, organização não governamental e contribuinte.

DIREITO TRIBUTÁRIO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

36. A certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa,

- (A) não tem qualquer efeito jurídico.
- (B) tem os mesmos efeitos de certidão negativa.
- (C) é considerada auto-lançamento.
- (D) tem os mesmos efeitos de certidão positiva.
- (E) tem efeito de título executivo extrajudicial.

37. Na forma das respectivas leis, poderão instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública:

- (A) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, observado o disposto no artigo 150, I e III, da Constituição Federal.
- (B) a União e os Estados, observado o disposto no artigo 150, III, “b” e “c”, da Constituição Federal.
- (C) os Estados e o Distrito Federal, observado o disposto no artigo 150, I e III, da Constituição Federal.
- (D) o Distrito Federal e os Municípios, observado o disposto no artigo 150, I e III, da Constituição Federal.
- (E) a União e os Municípios, observado o disposto no artigo 150, III, “b”, da Constituição Federal.

<p>38. A imunidade constitucional recíproca, em que os entes da Federação não podem instituir determinados impostos uns dos outros, é extensiva às</p> <p>(A) empresas públicas e às fundações privadas ou instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à produção, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.</p> <p>(B) sociedades de economia mista e às fundações privadas ou instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere à circulação, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.</p> <p>(C) autarquias, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às fundações em geral, no que se refere ao patrimônio, à renda, à produção e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.</p> <p>(D) fundações públicas ou privadas, empresas públicas e sociedades de economia mista, no que se refere ao patrimônio, à renda, à produção e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.</p> <p>(E) autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.</p>	<p>41. É correto afirmar acerca do prazo e do <i>dies a quo</i> para propositura da ação de repetição do indébito em tributos com lançamento por homologação:</p> <p>(A) será de dez anos, a contar da ocorrência do fato gerador.</p> <p>(B) será de cinco anos, a contar do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorreu o fato gerador.</p> <p>(C) será de cinco anos, a contar da extinção do crédito tributário, que se dá pela homologação.</p> <p>(D) será de cinco anos, a contar da extinção do crédito tributário, que se dá pelo pagamento antecipado.</p> <p>(E) será de dez anos, a contar da extinção da obrigação tributária, que se dá pela declaração feita pelo sujeito passivo.</p>
<p>39. Considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. A lei aplica-se a ato ou fato pretérito, em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.</p> <p>II. A lei tributária retroage quando deixe de definir como infração ato não definitivamente julgado.</p> <p>III. A lei tributária é aplicada a ato pretérito, quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, inclusive quando houver fraude e falta de pagamento de tributo.</p> <p>No que tange à retroatividade da lei tributária, SOMENTE</p> <p>(A) I está correta.</p> <p>(B) II está correta.</p> <p>(C) I e II estão corretas.</p> <p>(D) I e III estão corretas.</p> <p>(E) II e III estão corretas.</p>	<p>42. Segundo entendimento pacificado do Supremo Tribunal Federal acerca da progressividade de alíquotas para impostos, é correto afirmar:</p> <p>(A) O IPTU sempre pôde ter alíquotas progressivas em razão do valor venal do imóvel, como forma de atendimento ao princípio da capacidade contributiva.</p> <p>(B) O ITBI não pode ter alíquotas progressivas em razão do valor venal, por não se submeter ao princípio da capacidade contributiva.</p> <p>(C) O ITBI e o IPTU podem ter alíquotas progressivas como forma de atendimento da função social da propriedade.</p> <p>(D) Qualquer imposto pode ter alíquotas progressivas, como forma de atendimento ao princípio da capacidade contributiva.</p> <p>(E) O IPTU pode ter alíquotas progressivas no tempo como forma de atendimento ao princípio da capacidade contributiva.</p>
<p>40. É causa de extinção do crédito tributário</p> <p>(A) a remissão.</p> <p>(B) a anistia.</p> <p>(C) a moratória.</p> <p>(D) a isenção.</p> <p>(E) o depósito de seu montante integral.</p>	<p>43. O art. 146, III, “a”, da Constituição Federal estabelece que caberá à lei complementar definir fato gerador, base de cálculo e contribuintes dos impostos discriminados na Constituição. Diante disso,</p> <p>(A) a lei complementar do ente competente deverá, por exigência constitucional, ser a fonte instituidora de impostos.</p> <p>(B) a Lei Complementar nº 116/03 instituiu o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.</p> <p>(C) a lei complementar de âmbito nacional fere o Princípio Federativo, eis que a competência para instituição de impostos é privativa de cada ente.</p> <p>(D) os entes políticos, no exercício da capacidade tributária, não se sujeitam às regras impostas por lei complementar nacional, que fixa apenas normas gerais.</p> <p>(E) o Código Tributário Nacional define o fato gerador, a base de cálculo e o contribuinte do imposto sobre propriedade territorial urbana.</p>

<p>44. O art. 40, da Lei de Execução Fiscal dispõe que o juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. Diante disso,</p> <p>(A) enquanto não forem encontrados bens suficientes a garantir a execução fiscal, ou encontrado o devedor, o prazo de prescrição ficará suspenso pelo prazo de 10 anos.</p> <p>(B) decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o juiz decretará, de ofício, a indisponibilidade de todos os bens e direitos do executado.</p> <p>(C) decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, os autos serão desarquivados para que a Fazenda Pública dê andamento ao feito.</p> <p>(D) se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato.</p> <p>(E) o arquivamento dos autos, ordenado pelo juiz, quando não há bens penhoráveis ou está o executado em local incerto e não sabido só tem cabimento após ter sido o executado citado por edital.</p>	<p>47. A Taxa de Limpeza Pública do Município do Salvador, instituída pela Lei Municipal nº 5.262/97,</p> <p>(A) tem por fato gerador único a coleta e remoção de lixo domiciliar.</p> <p>(B) tem por base de cálculo o valor venal do imóvel associado ao custo individual do serviço.</p> <p>(C) tem lançamento misto, devendo o contribuinte informar anualmente a quantidade média de dejetos produzidos mensalmente.</p> <p>(D) não incide, em razão de isenção, sobre hospitais e escolas públicos administrados diretamente pela União, pelo Estado ou pelo Município.</p> <p>(E) não incide, em razão de imunidade, sobre imóveis situados em zonas populares, cuja área construída não ultrapasse setenta metros quadrados.</p>
<p>45. A presunção de fraude à execução fiscal por alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, ocorre a partir</p> <p>(A) da inscrição do crédito tributário em dívida ativa.</p> <p>(B) da citação válida feita ao executado.</p> <p>(C) do despacho do juiz que ordena a citação.</p> <p>(D) da indisponibilidade de bens ou direitos, de ofício, pelo juiz.</p> <p>(E) da constituição do crédito tributário.</p>	<p>48. De acordo com o Código Tributário e de Rendas do Município do Salvador</p> <p>(A) o processo fiscal, para apuração de infrações, terá por base a notificação fiscal de lançamento ou o auto de infração.</p> <p>(B) o procedimento fiscal terá início com a apreensão de mercadorias e lavratura de auto de infração.</p> <p>(C) após o início do procedimento de fiscalização, o contribuinte infrator terá ainda 24 horas para cumprir a obrigação sem a incidência da multa de infração.</p> <p>(D) a exigência do crédito tributário poderá ser formalizada em notificação de termo de início de fiscalização.</p> <p>(E) a imposição de penalidade, por descumprimento de obrigação principal resultante da ação direta do servidor fiscal, será formalizada em auto de infração.</p>
<p>46. O imposto sobre a transmissão onerosa de bens imóveis (ITIV) do Município do Salvador</p> <p>(A) não incide sobre a dação em pagamento, a permuta, a arrematação e a adjudicação, a cessão de direitos a sucessão, a aquisição por usucapião e a aquisição de terras devolutas.</p> <p>(B) não incide sobre incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica que tem por atividade preponderante a compra e venda de bens imóveis, em realização de capital subscrito.</p> <p>(C) tem por base de cálculo, nas transmissões em geral, a título oneroso, o valor venal dos bens ou direitos transmitidos, desde que com ele concorde a autoridade administrativa tributária.</p> <p>(D) tem por contribuinte subsidiário, nas transmissões, por ato oneroso, o transmitente, o cedente e os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles praticados, em razão do seu ofício.</p> <p>(E) tem lançamento direto e deve ser recolhido até trinta dias antes do registro em cartório oficial de imóveis, sob pena de incidência dos acréscimos legais cabíveis.</p>	<p>49. O imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) do Município do Salvador</p> <p>(A) tem como fato gerador a prestação de serviços relacionados na Lista de Serviços fixada por portaria municipal.</p> <p>(B) tem como fato gerador, dentre outros, o serviço proveniente do exterior do País, ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.</p> <p>(C) incidente sobre a execução de limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, será devido no local do estabelecimento do tomador do serviço.</p> <p>(D) terá alíquotas progressivas quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, não integrando a base de cálculo a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho.</p> <p>(E) tem por base de cálculo o preço do serviço, assim entendido a receita líquida mensal, recebida ou não, devida pela prestação de serviços, excluído o montante do imposto transferido ao tomador do serviço.</p>

<p>50. Considere as seguintes afirmações em relação ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana do Município do Salvador:</p> <p>I. está disposto no Código Tributário e de Rendas do Município do Salvador – Lei nº 4.279/90;</p> <p>II. tem por base de cálculo o valor venal do imóvel, apurado anualmente, exclusivamente pelo critério da avaliação cadastral;</p> <p>III. tem o fato gerador do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana como ocorrido a primeiro de janeiro de cada ano;</p> <p>IV. tem lançamento anual e de ofício e o pagamento será feito nas épocas e prazos previstos em ato administrativo.</p> <p>São verdadeiras SOMENTE as afirmações</p> <p>(A) I e II. (B) II e III. (C) I, II e III. (D) II, III e IV. (E) I, III e IV.</p>	<p>53. A constituição de uma Área de Proteção Ambiental (APA) em espaço urbano implica a</p> <p>(A) imediata desapropriação de todas as áreas privadas compreendidas na APA, para implantação da unidade de conservação.</p> <p>(B) possibilidade de os proprietários das áreas compreendidas na APA buscarem indenização, independentemente do grau das restrições estabelecidas.</p> <p>(C) cassação de todas as licenças de construção e de exercício de atividades não-residenciais nos limites da APA.</p> <p>(D) conversão da natureza da área de urbana para rural, tendo em vista a impossibilidade de a APA ser constituída sobre área urbana.</p> <p>(E) possibilidade de imposição de restrições à utilização dos imóveis compreendidos na APA, compatíveis com os propósitos de criação da unidade de conservação.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITO URBANÍSTICO E AMBIENTAL</p> <p>51. A função social da propriedade imobiliária urbana incorpora uma dimensão ambiental que</p> <p>(A) impõe à lei, por expressa disposição constitucional, o dever de ponderar a proteção do meio ambiente com outros valores integrantes da função social da propriedade.</p> <p>(B) deve ser disciplinada pelo Plano Diretor do Município, meio legal hábil para a definição do conteúdo da função social da propriedade.</p> <p>(C) proíbe o legislador de tratar de modo diferenciado a proteção do meio ambiente urbano e do meio ambiente rural, pois a função social da propriedade tem o mesmo conteúdo para ambas as áreas.</p> <p>(D) proíbe a supressão de áreas verdes nativas ou em grau elevado de regeneração, impondo-se sua prevalência sobre os demais direitos subjetivos inerentes à propriedade.</p> <p>(E) permite ao Poder Executivo efetuar o desapossamento administrativo, sem pagamento de indenização, de áreas desconformes à função social.</p>	<p>54. A Resolução nº 2, de 8 de março de 1990, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, cria o Programa Nacional de Educação e Controle de Poluição Sonora – “Silêncio”. Em seu artigo 3º, esse diploma normativo estabelece que <i>“sempre que necessário, os limites máximos de emissão poderão ter valores mais rígidos fixados em nível (...) municipal.”</i> Semelhante dispositivo, quando aplicado à competência municipal para disciplinar a matéria ambiental, é exemplo da</p> <p>(A) superioridade das normas federais sobre as municipais.</p> <p>(B) possibilidade de os municípios exercerem competência legislativa exclusiva sobre padrões ambientais.</p> <p>(C) competência comum para a edição de atos administrativos normativos de defesa do meio ambiente.</p> <p>(D) competência legislativa concorrente, cabendo aos municípios regulamentar a aplicação da legislação estadual e municipal que lhes é superior.</p> <p>(E) possibilidade de os municípios legislarem sobre assuntos de seu interesse, mesmo que transcendam a dimensão local.</p>
<p>52. Como característica específica da usucapião especial urbana, relativamente à forma geral de usucapião, tem-se</p> <p>(A) a dispensa da comprovação da posse de boa-fé e do justo título.</p> <p>(B) a necessidade da posse mansa e pacífica, por período determinado de tempo.</p> <p>(C) o caráter não jurisdicional de seu reconhecimento, que pode ser efetuado <i>ex officio</i> pelo registro de imóveis.</p> <p>(D) a sua limitação a imóveis com área construída de 250 m², por expressa disposição constitucional.</p> <p>(E) a impossibilidade de caracterização da continuidade da posse antiga pelos herdeiros do antigo possuidor.</p>	<p>55. Os municípios integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, cabendo mencionar a sua participação, direta ou por meio de representantes, nos seguintes órgãos:</p> <p>(A) Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Águas.</p> <p>(B) Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Conselho Nacional do Meio Ambiente.</p> <p>(C) Comitês de Bacia Hidrográfica pertinentes a seu território e Conselho Estadual de Recursos Hídricos.</p> <p>(D) Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Águas e Conselho Nacional do Meio Ambiente.</p> <p>(E) Conselho Estadual do Meio Ambiente e Conselho Nacional dos Recursos Hídricos.</p>

56. A implantação, pelo município, de programa de inspeção veicular e manutenção de veículos em uso, com vistas à manutenção da qualidade do ar,
- (A) depende de prévia autorização estadual.
 - (B) pode ser efetuada por decisão dos órgãos municipais, independentemente de coordenação com outras unidades da federação.
 - (C) depende de prévias autorizações federal e estadual.
 - (D) pode ser efetuada por decisão dos órgãos municipais, como regra em coordenação com órgãos estaduais.
 - (E) é vedada, cabendo essa atividade exclusivamente aos Estados.

57. A transferência do direito de construir entre duas áreas pertencentes ao mesmo proprietário é providência que
- (A) depende de previsão específica no Plano Diretor, sendo este suficiente para a sua realização.
 - (B) decorre diretamente do direito de propriedade constitucionalmente assegurado, constituindo prerrogativa do proprietário.
 - (C) pode ser imposta pelo poder público, mediante lei específica, com fundamento na função social da propriedade.
 - (D) pode ser autorizada pelo poder executivo, para área prevista no Plano Diretor, independentemente de lei específica autorizativa.
 - (E) depende de lei específica para área prevista no Plano Diretor, podendo ser efetuada a requerimento do proprietário.

58. De acordo com o Estatuto da Cidade, NÃO é hipótese que determina a obrigatoriedade do Plano Diretor:
- (A) possuir o município mais de 30.000 (trinta mil) habitantes.
 - (B) utilizar-se o município de instrumentos de política urbana previstos nesse Estatuto.
 - (C) inserir-se o território municipal em Área de Relevante Interesse Ecológico.
 - (D) pertencer o município a região metropolitana.
 - (E) integrar o município área de interesse turístico.

59. É argumento que permite defender a natureza da licença de construção como ato administrativo vinculado:
- (A) a existência do direito subjetivo do proprietário ao levantamento de edificação, sujeito à verificação prévia de suas condições pela Administração.
 - (B) a possibilidade de cassação da licença, caso o particular não observe as condições de sua outorga.
 - (C) a possibilidade de sua outorga mediante condições de conveniência e oportunidade do poder executivo, inclusive para negá-la.
 - (D) poder a licença ser revogada ou anulada por decisão motivada da Administração.
 - (E) o fato de os critérios de outorga da licença deverem ser previstos em lei.

60. Tendo em vista os pressupostos caracterizadores da responsabilidade civil por dano ambiental, é correto afirmar que
- (A) toda degradação ambiental, tal como prevista na legislação pertinente, enseja o dever de indenizar.
 - (B) os atos definidos como degradação ambiental, mas que não se enquadram no conceito de poluição, ensejam o dever de indenizar.
 - (C) o evento danoso que enseja a responsabilidade civil circunscreve-se àquele que atenta contra o meio ambiente natural, excluindo-se os outros aspectos do meio ambiente.
 - (D) a previsão da responsabilidade objetiva implica que pode haver dano ambiental, mesmo que a atividade praticada esteja dentro dos padrões ambientais administrativamente fixados.
 - (E) se houver múltiplas fontes poluidoras, todas elas concorrendo para o evento danoso, cada uma delas será responsabilizada na exata medida de sua culpabilidade e de sua contribuição para o dano ambiental.

DIREITO CIVIL, COMERCIAL E DO CONSUMIDOR

61. Considere as seguintes afirmações:
- I. A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.
 - II. A revogação tácita da lei anterior somente se dará quando a lei nova for com aquela incompatível.
 - III. Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
 - IV. A lei do país a que corresponder a nacionalidade da pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade.
 - V. A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.

São corretas SOMENTE

- (A) I, II e V.
- (B) II, IV e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e V.
- (E) III, IV e V.

62. A proteção dos direitos da personalidade às pessoas jurídicas aplica-se
- (A) naquilo que for compatível com estas entidades.
 - (B) somente àquelas que não têm finalidades econômicas.
 - (C) na mesma extensão conferida às pessoas naturais.
 - (D) apenas àquelas de direito público interno.
 - (E) somente àquelas que têm finalidade lucrativa.

<p>63. Sobre a disciplina legal do bem de família, é correto afirmar que</p> <p>(A) o bem de família instituído pelos cônjuges, necessariamente, deve consistir do imóvel de menor valor, quando possuírem mais de um prédio residencial.</p> <p>(B) a Lei 8009, de 29/03/1990, excluiu a possibilidade de os cônjuges instituírem, mediante escritura pública, bem de família, porque este já é impenhorável por disposição legal.</p> <p>(C) podem os cônjuges, ou a entidade familiar, mediante escritura pública ou testamento, destinar parte de seu patrimônio para instituir bem de família, desde que não ultrapasse um terço do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição.</p> <p>(D) o bem de família não pode ser instituído por terceiro, em testamento, porque a lei vigente proíbe a cláusula de inalienabilidade sem declaração de causa.</p> <p>(E) o imóvel rural só poderá ser instituído bem de família, se excluídos da proteção os seus acessórios e pertencas.</p>	<p>66. Sobre a transmissão das obrigações é correto afirmar que</p> <p>(A) na cessão de crédito por título oneroso, o cedente, ainda que não se responsabilize, fica responsável ao cessionário pela existência do crédito ao tempo que lhe cedeu.</p> <p>(B) salvo estipulação em contrário, na cessão de créditos, o cedente responde pela solvência do devedor.</p> <p>(C) o crédito, mesmo penhorado, pode ser transferido pelo credor ciente da penhora.</p> <p>(D) ocorrendo assunção de dívida, o novo devedor, para se eximir da obrigação, sempre poderá opor ao credor as exceções possíveis que competiam ao devedor primitivo.</p> <p>(E) não é facultado a terceiro assumir obrigação do devedor, sem o consentimento expresso deste, ainda que o credor exonere o primitivo devedor.</p>
<p>64. A desconsideração da personalidade da pessoa jurídica poderá ser decidida</p> <p>(A) pelo Juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, quando comprovada fraude de execução.</p> <p>(B) por autoridade administrativa ou judicial, quando se verificar confusão patrimonial, no interesse das pessoas jurídicas públicas.</p> <p>(C) de ofício, pelo Juiz, sempre que os bens das sociedades forem insuficientes para pagar suas dívidas.</p> <p>(D) pelo Juiz, a requerimento da parte ou do Ministério Público quando couber intervir, se verificar desvio de finalidade ou confusão patrimonial.</p> <p>(E) por autoridade administrativa, independentemente de intervenção judicial, se comprovada simulação ou enriquecimento ilícito dos sócios ou administradores.</p>	<p>67. João emprestou a José a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no dia 03/01/2003, que deveria ser paga em 03/01/2005, tendo como fiador Antonio, o qual se responsabilizou solidariamente pela dívida. Não sendo a dívida paga no vencimento, João propôs, em 02/05/2006, ação de cobrança contra Antonio. Na contestação, Antonio argüiu o benefício de ordem indicando bens de José, suficientes para quitar a dívida e alegou, também, que a dívida achava-se extinta, porque, em 20/01/2003, João, dirigindo um veículo de José, envolveu-se em acidente, no qual foi culpado, obrigando José a desembolsar a importância, também de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para reparar o automóvel e, mesmo depois de notificado a fim de pagar essa dívida decorrente da responsabilidade civil no dia 18/04/2003, João não pagou. Em réplica, João alegou que a compensação não pode ser argüida, porque a dívida, em decorrência da responsabilidade civil, teria a pretensão correspondente atingida pela prescrição e, além disto, o fiador não pode compensar a sua dívida com o crédito do afiançado, bem assim que o benefício de ordem ficou afastado pelo contrato.</p> <p>Sobre os argumentos das partes, pode-se afirmar que:</p> <p>I. a alegação de prescrição não pode ser acolhida, porque a exceção não prescreve;</p> <p>II. a compensação é admissível, porque o fiador pode compensar sua dívida com a de seu credor ao afiançado;</p> <p>III. a compensação, no caso, é inadmissível porque o devedor somente pode compensar com o credor o que este lhe dever;</p> <p>IV. a alegação de prescrição da exceção pode ser formulada na réplica;</p> <p>V. o benefício de ordem argüido por Antonio inviabiliza a cobrança que lhe é dirigida por João.</p> <p>São corretas SOMENTE</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e IV.</p> <p>(D) II e V.</p> <p>(E) III e V.</p>
<p>65. A sentença penal absolutória isentará o agente da responsabilidade civil</p> <p>(A) se reconhecer as excludentes de legítima defesa, de exercício regular de direito ou de estado de necessidade.</p> <p>(B) desde que não haja prova suficiente de ter o réu praticado o ato ou se ficar provado que o ato foi praticado por outrem.</p> <p>(C) se concluiu que o ato não constitui crime.</p> <p>(D) qualquer que seja o seu fundamento, depois de transitada em julgado.</p> <p>(E) se ficar provado que o réu não é o autor do ato delituoso ou que o fato não existiu.</p>	

<p>68. Nos contratos regidos pelo Código Civil,</p> <p>(A) quando de execução continuada ou diferida e pedida a resolução por onerosidade excessiva, os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data em que a obrigação considerada excessiva tivesse de ser cumprida.</p> <p>(B) quando de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato e os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da citação.</p> <p>(C) não é admitida a resolução por onerosidade excessiva, cabendo, somente, pedido judicial de revisão, se sobrevier desproporção manifesta entre os valores das prestações devidas, no momento da execução, de modo que fique assegurado o valor real das prestações.</p> <p>(D) a lesão contratual e a onerosidade excessiva são fundamentos para a resolução, não podendo o Juiz, ainda que a requerimento das partes, modificar as condições do contrato.</p> <p>(E) em nenhuma hipótese o Juiz poderá acolher o pedido de resolução do contrato por onerosidade excessiva, ou de revisão de cláusulas contratuais, porque é vedada a substituição da vontade das partes pela decisão judicial.</p>	<p>70. Declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, de quem não tenha herdeiros legítimos, nem possua testamento válido, seus bens</p> <p>(A) que tiverem sido arrecadados, passarão, decorridos 10 (dez) anos da abertura da sucessão, em partes iguais ao domínio do Município e do Estado em que se localizarem.</p> <p>(B) somente depois de dez (10) anos seguintes à abertura da sucessão definitiva, passarão ao domínio do Município ou do Distrito Federal, se localizados nas respectivas circunscrições.</p> <p>(C) serão arrecadados e ficarão sob a guarda do Município em que se situarem, até que algum interessado promova a declaração de ausência, pelo prazo de vinte (20) anos, após o que a herança será considerada vacante.</p> <p>(D) serão destinados a instituição filantrópica do Município em que se situarem, porque a herança, neste caso, não poderá ser considerada vacante.</p> <p>(E) que tiverem sido arrecadados, passarão, decorridos 5 (cinco) anos da abertura da sucessão, ao domínio do Município ou do Distrito Federal, se localizados nas respectivas circunscrições.</p>
<p>69. O proprietário ou o possuidor de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, provocadas pela utilização de propriedade vizinha</p> <p>(A) e esse direito do proprietário ou do possuidor não leva em conta as normas que distribuem as edificações em zonas, bastando prova do incômodo, para que seja obtido provimento judicial impedindo a interferência.</p> <p>(B) e esse direito prevalece mesmo quando as interferências forem justificadas por interesse público, para não haver sacrifício ao direito de propriedade assegurado pela Constituição.</p> <p>(C) mas, se por decisão judicial deviam ser toleradas as interferências, o trânsito em julgado da sentença não obriga o causador das interferências a promover a sua redução ou eliminação mesmo que isto se torne possível.</p> <p>(D) mas esse direito não prevalece quando as interferências forem justificadas por interesse público, caso em que o proprietário ou o possuidor, causador delas, pagará ao vizinho indenização cabal e mesmo quando por decisão judicial devam ser toleradas as interferências, poderá o vizinho exigir a sua redução, ou eliminação, se estas se tornarem possíveis.</p> <p>(E) mas esse direito não prevalece quando as interferências se justificarem por interesse público, independentemente de qualquer indenização.</p>	<p>71. Na falência, consideram-se créditos extraconcursais e serão pagos com precedência sobre a ordem de classificação</p> <p>(A) os créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho ocorridos antes ou depois da decretação da falência.</p> <p>(B) os relativos a remunerações devidas ao administrador judicial e seus auxiliares, e créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho relativos a serviços prestados após a decretação da falência.</p> <p>(C) os créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias.</p> <p>(D) os créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado.</p> <p>(E) os créditos com privilégio especial definidos em leis civis ou comerciais.</p> <p>72. Independentemente de seu objeto consideram-se personificadas e</p> <p>(A) empresárias, as sociedades por ações, e simples as cooperativas.</p> <p>(B) empresárias, as cooperativas, e simples as que tenham por objeto o exercício de atividade própria de empresário rural.</p> <p>(C) simples, todas as sociedades limitadas, e empresárias todas as sociedades em nome coletivo.</p> <p>(D) empresárias, as sociedades por ações, e simples a sociedade em conta de participação.</p> <p>(E) simples, as sociedades em comum, e empresárias as sociedades limitadas.</p>

73. Nas sociedades limitadas
- (A) a administração atribuída no contrato a todos os sócios se estende de pleno direito aos que posteriormente adquirirem essa qualidade.
 - (B) o capital social divide-se em quotas necessariamente iguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.
 - (C) aplicam-se subsidiariamente as normas da sociedade simples, podendo, porém, o contrato prever a regência supletiva pelas normas da sociedade anônima.
 - (D) os administradores serão, necessariamente, sócios, porque legalmente vedada a designação de administradores não sócios.
 - (E) o sócio remisso quanto às contribuições estabelecidas no contrato social, depois de constituído em mora, terá obrigatoriamente reduzida sua quota ao montante já realizado, não podendo ser compelido a pagar qualquer indenização.

74. Para a verificação e distinção entre vício e defeito do produto, no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que
- (A) o produto será considerado defeituoso sempre que outro de melhor qualidade vier a ser colocado no mercado, e ocorrerá vício se o produto estiver danificado.
 - (B) o produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera e ocorrerá vício do produto quando for impróprio ou inadequado ao consumo em função de sua qualidade ou quantidade.
 - (C) há vício do produto quando não oferecer a segurança dele esperada, levando-se em conta o uso e os riscos que dele razoavelmente se esperam e será defeituoso quando sua qualidade for inferior àquela legitimamente esperada.
 - (D) considera-se defeituoso o produto impróprio para o consumo, quando seu prazo de validade estiver vencido e o vício apenas se caracterizará quando o produto estiver deteriorado.
 - (E) há vício do produto somente quando se verificar que foi adulterado ou deteriorado, sendo considerado defeituoso apenas quando avariado ou falsificado.

75. Pode-se considerar fornecedor, submetendo-se às regras do Código de Defesa do Consumidor,
- (A) somente as pessoas jurídicas públicas e as pessoas jurídicas privadas que, para funcionar, tenham de obter autorização governamental e exercem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.
 - (B) somente pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.
 - (C) somente pessoas jurídicas de direito privado que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.
 - (D) as pessoas físicas que exercem atividade profissional decorrente de relações de caráter trabalhistas.
 - (E) pessoas jurídicas públicas que desenvolvem atividade de produção ou prestação de serviços.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Instruções: Nas questões de números 76 a 78 são apresentadas cinco proposições que podem ser corretas ou incorretas em relação a determinado assunto. Para responder a cada uma das questões, use a seguinte chave:

- (A) I, II e III estão corretas.
- (B) I, II e IV estão corretas.
- (C) I, IV e V estão corretas.
- (D) II, III e V estão corretas.
- (E) III, IV e V estão corretas.

76. Competência no processo civil.
- I. A incompetência em razão da hierarquia não precisa ser arguida mediante exceção.
 - II. A competência em razão do valor nunca pode ser derogada pelas partes.
 - III. A incompetência em razão do território deve ser arguida em preliminar da contestação.
 - IV. A ação que versar sobre imóvel situado no Brasil é de competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira.
 - V. A incompetência em razão da matéria é absoluta e deve ser declarada de ofício pelo juiz.

77. Coisa julgada.
- I. As questões prejudiciais decididas farão coisa julgada, desde que requeridas pela parte e se o juiz for competente em razão do valor da causa.
 - II. Os motivos determinantes para o julgamento da lide transitam em julgado.
 - III. A coisa julgada material é a eficácia que torna imutável e indiscutível a sentença não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.
 - IV. Nas causas relativas ao estado da pessoa, a sentença produz coisa julgada em relação a terceiros, desde que tenham sido citados, em litisconsórcio necessário, todos os interessados.
 - V. A sentença transitada em julgado sempre faz lei entre as partes nos limites da lide e das questões decididas.

78. Respostas do réu.
- I. O ônus da impugnação específica determina ao réu manifestar-se na contestação sobre todos os fatos narrados na petição inicial, sob pena de torná-los incontroversos.
 - II. A ação declaratória incidental se presta a definir questão prejudicial ao julgamento do processo principal, e sua decisão terá força de coisa julgada.
 - III. A oposição de exceção de incompetência suspende o curso do processo principal até o julgamento da exceção pelo juízo de primeiro grau.
 - IV. Proposta reconvenção pelo réu, deverá ser o autor citado a manifestar-se, prosseguindo-se as duas ações em um único processo, podendo, todavia, serem decididas em oportunidades distintas.
 - V. Apresentada a contestação, em nenhuma hipótese é possível ao réu deduzir novas alegações, sob pena de violação do princípio da eventualidade.

<p>79. São situações em que o processo será extinto com resolução do mérito:</p> <p>(A) se o juiz acolher a alegação de prescrição e quando o extinguir por ilegitimidade de parte.</p> <p>(B) se o juiz reconhecer a carência da ação e quando pronunciar a decadência.</p> <p>(C) quando o autor renunciar ao direito em que se funda a ação e quando o juiz pronunciar a prescrição.</p> <p>(D) quando o juiz acolher o pedido de desistência da ação e quando homologar transação entre as partes.</p> <p>(E) se o juiz acolher a alegação de coisa julgada e quando o réu reconhecer a procedência do pedido.</p>	<p>83. Relativamente ao Mandado de Segurança, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a autoridade coatora tem o prazo de 10 dias para prestar as informações.</p> <p>(B) é cabível contra ato disciplinar quando praticado por autoridade incompetente.</p> <p>(C) é ação civil, de cognição sumária, mesmo quando impetrado contra ato de juiz criminal, aplicando-se-lhe, subsidiariamente, o Código de Processo Civil.</p> <p>(D) é inadmissível sua impetração contra decisão judicial quando haja recurso previsto, ainda que este não possua efeito suspensivo.</p> <p>(E) o pedido de mandado de segurança pode ser renovado, mesmo quando a decisão denegatória lhe apreciar o mérito.</p>
<p>80. Em determinada execução fiscal, o oficial de justiça entrega a intimação da penhora ao executado no dia 20 de abril de 2006 (quinta-feira). Considerando que 21 de abril é feriado e que o oficial de justiça certifica seu ato e devolve o mandado no dia 24 de abril (segunda-feira), sendo este juntado aos autos no dia 25 de abril (terça-feira), o último dia do prazo para o executado oferecer embargos à execução é</p> <p>(A) 23 (vinte e três) de maio de 2006.</p> <p>(B) 19 (dezenove) de maio de 2006.</p> <p>(C) 10 (dez) de maio de 2006.</p> <p>(D) 25 (vinte e cinco) de maio de 2006.</p> <p>(E) 08 (oito) de maio de 2006.</p>	<p>84. Relativamente aos recursos cíveis, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Os embargos de declaração independem de preparo e, excepcionalmente, poderão modificar a decisão embargada.</p> <p>(B) Em nenhuma hipótese o Tribunal poderá, em sede recursal, analisar o mérito da demanda caso o juízo singular não o tenha analisado, sob pena de suprimir uma instância de julgamento.</p> <p>(C) A desistência do recurso independe da anuência do recorrido.</p> <p>(D) Contra decisão que indeferir liminarmente a petição inicial caberá apelação, facultando-se ao juiz rever a decisão apelada.</p> <p>(E) O prazo para interposição dos recursos ordinário, especial e extraordinário é de 15 (quinze) dias, e para o recurso de agravo, em qualquer modalidade, o prazo é de 10 (dez) dias, exceto quando o recorrente, por disposição de lei, dispuser de prazo em dobro.</p>
<p>81. Sobre a ação de desapropriação por utilidade pública, é correto afirmar:</p> <p>(A) a declaração de utilidade pública far-se-á somente por lei de iniciativa do chefe do Poder Executivo.</p> <p>(B) declarados de utilidade pública, as autoridades administrativas poderão penetrar nos prédios, inclusive com auxílio de força policial, se necessário.</p> <p>(C) no processo de desapropriação será permitida a discussão e comprovação da utilidade pública declarada.</p> <p>(D) se declarada a nulidade do processo de desapropriação, os bens expropriados poderão ser reivindicados pelo expropriado.</p> <p>(E) o depósito prévio do preço tem natureza jurídica de caução, para garantia das ações executivas da desapropriação.</p>	<p>85. É INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o réu revel poderá intervir no processo a qualquer tempo, recebendo-o, todavia, no estado em que se encontrar, não lhe cabendo manifestar sobre atos pretéritos.</p> <p>(B) contra o revel os prazos correrão independente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório.</p> <p>(C) não se manifestarão os efeitos da revelia se, havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação, ou se o litígio versar sobre direitos indisponíveis.</p> <p>(D) a revelia se dá quando o réu deixa de contestar ou não contesta a ação no prazo legal, bem como quando admite perante o juiz ser verdade determinado fato alegado contra seus interesses.</p> <p>(E) mesmo decretada a revelia, em nenhuma hipótese poderá o autor alterar o pedido ou a causa de pedir sem promover nova citação do réu, assegurando-lhe nova oportunidade de responder.</p>
<p>82. NÃO é necessário constar da petição inicial</p> <p>(A) o valor da causa.</p> <p>(B) o juiz ou tribunal a que é dirigida.</p> <p>(C) a indicação das provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.</p> <p>(D) o nome das testemunhas, se o procedimento for o ordinário.</p> <p>(E) os quesitos para perícia e indicação de assistente técnico, no procedimento sumário, sem que se caracterize a preclusão para tais atos.</p>	

<p>DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO</p>	<p>90. Considere as seguintes afirmativas:</p>
<p>86. O regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aplica-se, no que tange suas normas regulamentares, a</p> <p>(A) qualquer trabalhador, exceto os eventuais, os autônomos e os servidores públicos civis e militares sujeitos a regime jurídico próprio.</p> <p>(B) qualquer trabalhador, inclusos os empregados, os eventuais, os autônomos e os servidores públicos civis e militares sujeitos a regime jurídico próprio.</p> <p>(C) qualquer trabalhador, exceto os empregados, os eventuais, os autônomos e os servidores públicos civis e militares sujeitos a regime jurídico próprio.</p> <p>(D) alguns trabalhadores, inclusos apenas os eventuais e os servidores públicos civis e militares sujeitos a regime jurídico próprio.</p> <p>(E) alguns trabalhadores, inclusos apenas os autônomos.</p>	<p>I. As variações de horário no registro de ponto serão computadas como jornada extraordinária quando não excederem 15 minutos diários.</p> <p>II. No sistema denominado “banco de horas”, instituído por força do acordo ou convenção coletiva do trabalho, a compensação do excesso de horas trabalhadas deve ocorrer no período máximo de um ano.</p> <p>III. Na ausência expressa no acordo coletivo do adicional de horas extras da categoria, o trabalho suplementar será remunerado sem o respectivo adicional.</p> <p>IV. Os empregados em regime de tempo parcial podem prestar horas extras.</p> <p>SOMENTE está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>
<p>87. Empresa cuja matriz está sediada em estado membro da Federação e com filial em cidade localizada a 200 km da sede, extingue a matriz, concentrando suas atividades na filial. Nesse caso, os empregados da matriz</p> <p>(A) não podem ser transferidos para a filial, porque isso implicará mudança de domicílio.</p> <p>(B) terão os contratos de trabalhos rescindidos automaticamente.</p> <p>(C) podem ser transferidos, desde que comprovada a força maior para a extinção do estabelecimento.</p> <p>(D) podem ser transferidos, porque houve extinção do estabelecimento.</p> <p>(E) somente podem ser transferidos se ocorrer concordância expressa do empregado.</p>	<p>91. Os prazos processuais no processo do trabalho</p> <p>(A) são contínuos e irrelevantes, não podendo ser prorrogados em qualquer caso.</p> <p>(B) são contínuos, mas não irrelevantes como regra, não podendo ser prorrogados em qualquer caso.</p> <p>(C) não são contínuos nem irrelevantes, mas não podem ser prorrogados em qualquer caso.</p> <p>(D) não são contínuos, mas são irrelevantes, podendo ser prorrogados pelo tempo estritamente necessário pelo juiz ou tribunal, ou em virtude de força maior, devidamente comprovada.</p> <p>(E) são contínuos e irrelevantes, podendo ser prorrogados pelo tempo estritamente necessário pelo juiz ou tribunal, ou em virtude de força maior, devidamente comprovada.</p>
<p>88. Assinale a alternativa correta, no que tange ao registro da candidatura de empregado a cargo de representação sindical, quando efetuado no curso do aviso prévio.</p> <p>(A) Torna sem efeito o aviso prévio porque a garantia de emprego ao dirigente sindical se inicia com o registro de sua candidatura.</p> <p>(B) Interrompe o aviso prévio, que voltará a correr, pelo prazo restante, na hipótese de o empregado não ser eleito.</p> <p>(C) Suspende o aviso prévio, que será reiniciado na hipótese de o empregado não ser eleito.</p> <p>(D) Necessita de autorização da delegacia regional do trabalho para ter validade.</p> <p>(E) Não afeta nem interrompe o aviso prévio, pois não é possível a aquisição de estabilidade quando o termo do contrato já está fixado.</p>	<p>92. A designação de audiência em reclamação trabalhista cuja reclamada seja a Municipalidade deverá obedecer o interregno mínimo de</p> <p>(A) cinco dias.</p> <p>(B) dez dias.</p> <p>(C) quinze dias.</p> <p>(D) vinte dias.</p> <p>(E) trinta dias.</p>
<p>89. O exercício do direito de greve</p> <p>(A) cabe a todos os servidores públicos.</p> <p>(B) cabe somente aos servidores públicos autárquicos e fundacionais.</p> <p>(C) cabe somente aos servidores das empresas públicas e das sociedades de economia mista.</p> <p>(D) cabe somente aos servidores públicos da administração direta em regime único (estatutários e celetistas).</p> <p>(E) não se aplica a quaisquer servidores públicos.</p>	

<p>93. A Prefeitura Municipal contrata regularmente serviço de vigilância de empresa prestadora de serviços. Na hipótese de um empregado desta empresa terceirizada ingressar com reclamação trabalhista contra a empregadora e contra a Municipalidade, é correto afirmar quanto às obrigações trabalhistas do reclamante:</p> <p>(A) são ambas responsáveis solidárias.</p> <p>(B) apenas a empregadora é responsável, por força do artigo 37, II, da Constituição Federal.</p> <p>(C) a empregadora é responsável principal e a Prefeitura Municipal é responsável subsidiária.</p> <p>(D) apenas a Prefeitura Municipal é responsável, por força do artigo 37, II, da Constituição Federal.</p> <p>(E) a Prefeitura Municipal é responsável principal e a empregadora é responsável subsidiária.</p>	<p>97. Assinale a alternativa que contém, respectivamente, um crime praticado por funcionário público e outro praticado por particular contra a administração em geral.</p> <p>(A) Prevaricação e violência arbitrária.</p> <p>(B) Corrupção passiva e advocacia administrativa.</p> <p>(C) Usurpação de função pública e corrupção ativa.</p> <p>(D) Condescendência criminosa e sonegação de contribuição previdenciária.</p> <p>(E) Tráfico de influência e desacato.</p>
<p>94. É correto afirmar em relação à contestação da Prefeitura Municipal:</p> <p>(A) o prazo é de cinco dias a contar da notificação inicial, no rito ordinário.</p> <p>(B) não se aplica o rito sumaríssimo à Administração Pública direta.</p> <p>(C) o prazo é de vinte minutos em audiência, no rito ordinário.</p> <p>(D) o prazo é de quarenta minutos em audiência, no rito sumaríssimo.</p> <p>(E) o prazo é de dez dias a contar da notificação inicial, no rito sumaríssimo.</p>	<p>98. O art. 34, caput, da Lei 9.605/98 define como crime ambiental o ato de “pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente”.</p> <p>Em relação a esse crime é correto afirmar:</p> <p>(A) Considera-se, entre outros atos, como pesca, o ato tendente a apreender espécimes de vegetais hidróbios, suscetíveis ou não de aproveitamento econômico.</p> <p>(B) Trata-se de crime formal.</p> <p>(C) Trata-se de crime próprio.</p> <p>(D) O sujeito passivo do delito é a pessoa jurídica de direito público que proibiu a pesca ou interditou o lugar em que ela se realizava.</p> <p>(E) O crime não admite a tentativa.</p>
<p>95. Em processo trabalhista, havendo decisão desfavorável à Prefeitura Municipal, proferida pela Vara do Trabalho, o recurso ordinário cabível deverá ser interposto no prazo de</p> <p>(A) oito dias, sem necessidade de recolhimento de custas e depósito prévio.</p> <p>(B) dezesseis dias, sem necessidade de recolhimento de custas e depósito prévio.</p> <p>(C) oito dias, havendo necessidade de recolhimento de custas, mas isenta do depósito prévio.</p> <p>(D) dezesseis dias, havendo necessidade de recolhimento de custas, mas isenta do depósito prévio.</p> <p>(E) oito dias, sem necessidade de recolhimento de custas, mas condicionado à realização do depósito prévio.</p>	<p>99. Levando-se em conta os princípios do direito penal, aponte a alternativa que se relaciona, diretamente, com o <i>princípio da personalidade</i>.</p> <p>(A) A pena não deve ser padronizada, devendo aplicar-se individualmente a cada condenado.</p> <p>(B) Não há crime sem lei anterior que o defina.</p> <p>(C) Nenhuma pena passará da pessoa do acusado.</p> <p>(D) As penas devem se ajustar à gravidade da infração penal cometida, devendo existir equilíbrio entre sua cominação legal e todo o sistema penal.</p> <p>(E) Ninguém pode ser penalmente responsabilizado se não houver agido, ao menos, com culpa.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITO PENAL</p> <p>96. Nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, poderá ocorrer a perda do cargo, função pública ou mandato eletivo, quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo</p> <p>(A) igual ou superior a 6 (seis) meses.</p> <p>(B) somente se superior a 6 (seis) meses.</p> <p>(C) igual ou superior a 1 (um) ano.</p> <p>(D) somente se superior a 1 (um) ano.</p> <p>(E) somente se igual ou superior a 2 (dois) anos.</p>	<p>100. NÃO agrava de 1/3 (um terço) até a metade as penas dos crimes contra a ordem tributária o fato de o crime</p> <p>(A) ocasionar grave dano à coletividade.</p> <p>(B) ser cometido por servidor público no exercício de suas funções.</p> <p>(C) ser praticado em relação à prestação de serviços essenciais à vida.</p> <p>(D) ser praticado em relação ao comércio de bens essenciais à saúde.</p> <p>(E) ser praticado na atividade de fabricação de bens nocivos à ordem pública.</p>